

A vez do socioambientalismo

SAMYRA CRESPO

Desde 1992 coordeno uma pesquisa nacional intitulada O que o Brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, realização conjunta do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e dos ministérios do Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia. O objetivo é acompanhar a evolução da pauta que empresários, ambientalistas, técnicos e gestores governamentais, líderes do movimento social, parlamentares e cientistas vão propondo como prioritária e seu reflexo nas políticas ambientais governamentais e não-governamentais.

Fazendo o balanço da década 1992-2002, a terceira edição da pesquisa, que será divulgada nos próximos dias, mostra que houve três mudanças significativas na área ambiental, reconhecidas por todos os 105 líderes entrevistados. A primeira é a extraordinária difusão da consciência ambiental em todo o país, em todas as camadas da população. Estudo quantitativo, parte da pesquisa, já publicado mostra através de estatísticas comparativas que o aumento foi real e significativo, embora as preocupações ambientais não sejam ainda prioridade para a população pouco escolarizada, sobretudo a parte mais velha e moradora de áreas rurais. Ainda assim, só para ilustrar, enquanto 42% da população, em 1992, não eram capazes de identificar espontaneamente um problema ambiental na sua cidade ou bairro, dez anos depois eram apenas 23%.

A pesquisa permite afirmar que dois tipos de ambientalismo se desenvolvem no país: um movimento mais geral, que chamamos difuso, marcado por milhares de iniciativas individuais ou

de grupos, mas pulverizadas por todo o território nacional, e outro ambientalismo, articulado, com braços institucionais bem demarcados, robustos e capaz não só de ter presença significativa na agenda pública brasileira mas de propor e conseguir legitimar a indicação para um ministério, como foi o caso da senadora Marina Silva.

A segunda mudança enfatizada pelas lideranças foi o bem-sucedido processo de institucionalização da área ambiental no Brasil, que em menos de dez anos criou um Ministério do Meio Ambiente (bem avaliado na pesquisa atual e mal avaliado em 1997), que fez a reforma do Ibama (transformando-o em agência executora e não mais formuladora de políticas) e reestruturou a Comissão Nacional de Meio Ambiente, tornando-a mais representativa da sociedade civil organizada e fortalecendo sua dimensão deliberativa. Além disso, foi lembrado que praticamente não há hoje estado que não tenha uma agência de controle ambiental, e a maior parte dos municípios está criando as suas. Leis importantes foram criadas no período, como a dos recursos hídricos, a dos crimes ambientais e o recente Estatuto da Cidade, que vai ajudar as autoridades no ordenamento urbano.

A terceira mudança, razão deste artigo, refere-se às diferenças entre os ambientalistas que o país tem desde dez anos atrás — quando houve a Rio-92 — e os de hoje. Todos os entrevistados, inclusive a recém-indicada ministra Marina Silva, afirmam que o ambientalismo brasileiro mu-

dou: está “menos verde”, mais “perto do povo” e mais preocupado com as questões sociais, pois “não há preservação possível em meio à pobreza e ao subdesenvolvimento”. Esse ambientalismo não existia em 1992, era apenas emergente em 1997 e surge agora em sua plenitude. Seus representantes o chamam de “socioambientalismo”. O que significa? Nas entrevistas, nossas lideranças dão cor e carne a essa descrição:

O ambientalismo
brasileiro está
hoje menos
verde e mais
perto do povo

“Quer dizer que o ambientalismo se aliou ao movimento social e que o movimento social está se ambientalizando.”

E complementam: “Significa que indígenas, caboclos, pescadores, quebradeiras de coco, colonos assentados, extrativistas, enfim, uma nova e heterogênea tribo chegou à era da modernização ecológica.” Chegou e já é capaz de ditar a pauta. Sim, porque a nossa senadora, que se torna ministra, festejada pelas ONGs e legitimada por carreira brilhante no Parlamento, surge na pes-

quisa como a grande referência do socioambientalismo no Brasil.

Mais um detalhe, a ministra é do Acre, é da Amazônia, fala em nome dos “povos da floresta”, é mulher, tem carisma, e encarna como ninguém a possibilidade (primeira, diga-se de passagem) de fazer a história dessa nova vertente de ambientalistas que com ela ganha espaço e poder de decisão.

SAMYRA CRESPO é coordenadora do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Iser.

